



GT 045. Moralidades, afetos e políticas: sobre e das relações de gênero entre indígenas

Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Coordenador/a, Elizabeth de Paula Pissolato (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Diógenes Egidio Cariaga (PPGAS/UFSC) - Debatedor/a, Suzana Cavalheiro de Jesus (Universidade Federal do Pampa) - Debatedor/a, Andrea Carvalho Mendes de Oliveira Castro (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a

O GT pretende colocar em diálogo pesquisas que refletem sobre os modos indígenas de elaboração e significação de suas noções de identidades de gênero e sexuais diante de suas existências híbridas quando observamos as escalas de mobilidades/trajetórias de referentes morais e éticos que passam a circular e constituir seus cotidianos. Estes referentes plurais têm conectado diferentes pontos de vista entre os coletivos ameríndios; nos modos como as narrativas sobre pessoa, corpo, parentesco não estão distantes de relações que envolvem distintos regimes de alteridade e relações de poder. Sob tais condições sempre plásticas e conjunturais de produzir gradientes relacionais, etnografias recentes conduzem nossos olhares às considerações dos fatores que contribuem para a heterogeneidade de experiências indígenas relativas às problemáticas de gênero que atravessam as estruturas simbólicas e práticas coletivas. Entre estes processos a afiliação religiosa, idade, escolarização, relações com o sistema de saúde, mobilidades e migração, gestão dos territórios, são fatores transversais que intersectam elementos culturais, históricos e políticos que cominam nas cosmopolíticas efeitos conceituais, de tradução, manejo das diferenças e experimentações de vivências diferenciadas. Esperamos reunir pesquisas que reflitam sobre os (re)posicionamentos dos entendimentos indígenas sobre os domínios, relações e agenciamentos masculinos e femininos e como estes vem vivenciando e significando estes processos.

Mulheres Indígenas em Movimento: Um Olhar Sobre o Protagonismo das Mulheres Jenipapanindé, Aquiraz-CE

Autoria: Regilene Alves Vieira

Assistimos na contemporaneidade os debates sobre gênero ocuparem lugar importante na Antropologia, tendo em vista, uma maior preocupação em trazer esses debates para todos os setores da sociedade, destacando principalmente, os meios educacionais. Isso não se deu de forma aleatória, muito pelo contrário, se atualmente existe uma maior preocupação em discutir gênero nos espaços educacionais, de pensar políticas públicas voltadas para a questão de gênero, de existir leis específicas que “protegem” as mulheres, é porque as mulheres negras, trans, lésbicas, periféricas, indígenas, quilombolas, dentre outras, no decorrer da história lutaram e resistiram forjando seus protagonismos em sociedades patriarcais, tornando possível para as gerações futuras maior liberdade ao falarem das problemáticas que afetam os corpos femininos e também de evidenciar as trajetórias, protagonismos e as lutas das mulheres para garantir maior visibilidade. Em contrapartida, apesar dos debates de gênero terem se fortalecido nos últimos tempos com uma perspectiva que contempla a diversidade de feminismos e demandas específicas por políticas públicas, percebe-se ainda uma certa invisibilidade das mulheres indígenas nestes debates e na produção acadêmica, principalmente no Nordeste. Nesse sentido, O trabalho objetiva refletir sobre a questão de gênero no contexto dos povos indígenas, especificamente no contexto da etnia Jenipapo-Kanindé, localizada no Município de



Aquiraz-CE, onde buscou-se perceber a atuação da Mulheres Jenipapo-Kanindé em uma festa importante para seu povo, intitulada “Marco Vivo”, apresentando um olhar sobre o protagonismo dessas mulheres no espaço público. Para dar conta deste intento a metodologia consistiu na observação-participante da festa.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

